



II Reunião do Conselho Interlocutor do FBES

LOCAL: UNIVERSIDADE BRASÍLIA - UnB

DATA: 16 E 17 DE AGOSTO DE 2004

HORÁRIO: 09:00 as 18:00 horas

PAUTA:

Encontro Nacional – Avaliação e Encaminhamentos
Secretaria Executiva do FBES
Avaliação dos Grupos de Trabalho – GT's
Fórum Social Mundial
Interlocução com a SENAES
Revisão da agenda do FBES
Conselho nacional de Economia Solidária
Política de Formação
Selo – Certificação para Economia Solidária

PARTICIPANTES:

Ademar Bertucci (Cáritas Brasileira), Alaides (DF), Alzira (Rede de Gestores), Antonio Haroldo (SENAES), Ary Moraes (RJ), Bernardo Eustaquio (Pátria Amada DF), Crispim Wanderley (PA), Damião Alexandrino (AL), Daniela Soares (RN), Ester Andrade (BA), Idalina Maria (SC), Joana Mota (PA), João Correa (FASE-PA), João Roberto (IBASE), José Antonio (PB), José Selvino (PR), Laudicê Lima (SE), Lenivaldo (PE), Maria Antonia (PI), Maria Bernadete (CE), Maria Eunice (ADS/CUT), Nelsa Ines (RS), Oscarina Camillo (SP), Otniel Barcelos (ES), Paulo Henrique (DF), Rosemary Gomes (FASE), Rodrigo (Cáritas MG), Ruth Espínola (PACS), Sandra Magalhães (Rede Socioeconomia Solidária CE), Sandra Regina (RN), Sebastiana Almires (MS), Valter Maier (ITCP PR), Vanderli Pereira (MG), Wladimir Sérgio (DRT SE)

1 – ENCONTRO NACIONAL - AVALIAÇÃO:

1.1 - Recuperação de objetivos:

- Fortalecer identidade coletiva
- Visibilidade para a Economia Solidária
- Garantir trocas de experiência
- Promover debate sobre políticas públicas

1.2 - Estratégia:

- Comissão Organizadora
- Encontros estaduais
- Pauta temática
- Nacional – Ramos produtivos
Eixos temáticos

1.3 - Discussão:

Dividiu-se a discussão de avaliação em grupo de empreendimentos e grupo de assessoria. Segue abaixo as duas avaliações:

1.3.1 - Grupo de Empreendimentos:

Coordenação: Lenivaldo (PE)

Oscarina (SP) – A comissão organizadora teve papel importante, segurou o rojão. Os problemas foram levados para os estados para fortalecer a comissão organizadora. Avaliando pelo Fórum paulista, palmas para Lenivaldo que não queria juntar encontro estadual com a URBIS. Em São Paulo avaliamos que a URBIS seria um fator de mobilização, mas de fato isto não aconteceu, pouca representatividade do interior no Encontro Paulista, teve que fazer um segundo encontro. No Nacional a metodologia adotada foi boa. Com relação aos eixos temáticos, pelo fato do FBES ser jovem muita demanda de formação. A relação entre assessorias e empreendimentos não facilita. Onde tem fóruns regionais e estaduais os conceitos estão mais enraizados. Relação com o governo – O povo de São Paulo ficou descontente porque as questões da mesa com o governo não foram respondidas.

Damião (AL) - O diálogo com o governo seria as dificuldades e a burocracia para os empreendimentos. Dinheiro da SENAES para os estados seria via governo, todos achavam que seria via ONG para evitar burocracia. Colocar isto no documento.

Ary (RJ) – Para o diálogo com o governo continuar avançando de forma crescente e ascendente só num processo de luta. A marcha seria uma luta. O governo é sensível à pressão. Para consolidar o espaço conquistado temos que ter uma agenda de pressão, de luta. Temos estratégias de luta interessantes, a marcha seria interessante e não fizemos porque o governo colocou que não financiaria um encontro que teria uma marcha. Outros movimentos fazem a luta com recurso público, que é um direito nosso.

Crispim (PA) – Os empreendimentos precisam ser protagonistas, principalmente as mulheres. Não tivemos tempo de conversar entre nós. Onde teve encontro estadual foi altamente positivo, salto de qualidade. Em relação a SENAES tivemos que compor porque não estamos ainda fortalecidos para fazer sozinhos. O Lula não veio, mas nós somos o Lula.

Nelsa (RS) – Muitas necessidades que não havíamos previsto foram colocadas devido à discussão por ramos de atividades. Ficamos muito preocupados em querer a visibilidade e não pensamos nas consequências desta visibilidade. O diálogo com o governo não correspondeu às expectativas, talvez porque a mesa era muito grande, as perguntas não foram respondidas. Qual o nosso papel? Estamos servindo de colchão entre o governo e os empreendimentos? A comissão organizadora fez este papel? As necessidades dos empreendimentos estão gritando. A comissão organizadora não representou o Brasil inteiro. Então em regiões inteiras o governo assumiu o encontro, não foi passada a orientação que a comissão organizadora passou. Delegamos ao governo toda esta articulação, não teríamos perna para fazer, talvez se a comissão fosse maior teria sido melhor. Apesar de tudo foi muito positivo.

Idalina (SC) – Realmente a comissão não foi representativa. Precisamos avaliar se os Encontros Estaduais reforçaram o movimento. Precisa ser devolvida esta questão aos estados. O Encontro Nacional foi um divisor de águas em relação a última Plenária. A visibilidade foi imensa, vamos ver no mapeamento. Um salto grande pelo tempo que existimos. Erramos na estratégia de diálogo com o governo, mas foi uma mesa que apertou o governo. A SENAES mostrou que tem conversa com o governo, pois conseguiu compor a mesa daquele tamanho. Duas mil pessoas não são fáceis. Problemas acontecem, no próximo também haverá.

Lenivaldo (PE) – Conseguimos dar visibilidade pública, mesmo a não presença da Lula ajudou a divulgar. Esforço do Crispim e Sandra de conversar com o palácio valeu. O pregão atrapalhou, levou ao adiamento do encontro. As pessoas questionaram se o Encontro não deveria ser abastecido pela Economia Solidária. A empresa Aplauso não deu conta de tudo. Diante da legalidade o caminho da empresa foi feito. De fato a Comissão organizadora foi pequena, foi aumentada com a presença da Sandra, mas deu conta. Acabamos também sendo colcha, nestas horas o que predomina é o pragmático, o objetivo era realizar o Encontro. O que seria melhor para dar maior visibilidade, a presença do Lula ou a caminhada? Se fosse governo de FHC seria uma caminhada sem dúvida. A estratégia de eixos temáticos e atividades produtivas foi fabulosa. Com todas as dificuldades conseguimos fazer um bom debate nos grupos.

Sandra (CE) – Muitas pessoas não tiveram oportunidade de dar uma olhada na plenária do palco, levamos um susto quando vimos aquele mar de gente, isto colocou para nós que realmente outra economia acontece, somos muitos, uma responsabilidade imensa. Com relação ao diálogo com o governo, o encontro colocou que precisamos fortalecer a nossa independência. A questão financeira é fundamental, todas as relações ficaram com a SENAES, foi fundamental para realizar o encontro, mas é uma fragilidade nossa. Não conseguimos colocar os serviços do empreendimento no encontro, temos que colocar empresas para fazer o encontro? A secretaria executiva vai ser paga pela SENAES. O formato que propomos foi interessante, de colocar a mesa do governo para ouvir as propostas, ficaram impressionados com o nível de organização e com a força que as propostas foram colocadas e não tinham respostas. Como vamos atrás dessas pessoas para construir o concreto? Na relação com o governo entrou um novo ator que são as DRTs, como fazer a interlocução com eles, mobilizaram muito para o encontro.

Joana (PA) – Podíamos ter trabalhado as propostas tiradas nos estados. Não trouxeram os relatórios, teria ajudado muito. Falha da Comissão não ter trabalhado nos relatórios. A exposição teve muita reclamação, chegaram a agredir a Deuzani em palavras. Trouxeram muitos produtos para comercializar, e foi difícil. A divisão dos stands por ramos de atividade foi problemática, por estado seria melhor. Na parte do governo desta vez foi bom eles ouvirem, não deram respostas. Mas os empreendimentos queriam que as questões colocadas para a mesa do governo fossem os debates saídos dos grupos e houve reclamação. Como devolver? Através de documentos aos parlamentares e secretarias municipais e estaduais. Com relação às assessorias que fazem parte do Fórum Brasileiro teve falhas, poucos ajudaram, mais João Roberto (IBASE) e João Correa (FASE). Vamos avaliar as assessorias que não apoiaram.

Sebastiana (MS) - A comissão organizadora está de parabéns, a visibilidade aconteceu, a estratégia do diálogo foi boa, muitos jornalistas compareceram. A divulgação anterior falhou. O ponto de contato nos estados seria uma pessoa do Conselho Interlocutor. Não recebemos nenhuma comunicação. O Encontro estadual foi bom. A decisão do Lula vir ou não, fazer a marcha ou não, vamos tirar esta responsabilidade da comissão, foi decidido na reunião da Coordenação Nacional o diálogo com o governo no Encontro. Houve um salto de qualidade. Como canalizar isto pra o crescimento dos empreendimentos? Daqui para frente a realidade é outra. Qual vai ser o rumo daqui pra frente, temos que encaminhar as questões, não esperar o Fórum Social Mundial. Algo que falhou foi a ausência da região Centro Oeste, a presença política do Centro Oeste não aconteceu. Temos que avaliar, fui cobrada porque havia outras regiões representadas na Comissão organizadora e na mesa de abertura, e a região Centro oeste não. A falha do Fórum do DF em não corresponder à representação política que lhe foi delegada para o Encontro Nacional e como representante dos empreendimentos para demais questões prejudicou a região. Se o DF não quiser mais esta representação estou reivindicando para o Mato Grosso do Sul

Otniel (ES) – Confusão achar que há contradição entre diálogo e mobilização social. O medo da mobilização social é equivoco do governo porque ela referenda o que tem de mais positivo no governo. Sobre a questão de finanças, realizamos o encontro da rede no Espírito Santo, e vimos que a dificuldade é a burocracia. O aporte financeiro pelo governo, não viabiliza o repasse para os empreendimentos. Temos que nos capacitar para resolver isto. O encontro foi um bom inicio para a questão das cadeias produtivas.

Deuzani(Secretaria Executiva) – O pregão atrapalhou mas não havia outra forma da SENAES repassar o recurso. Nas duas últimas semanas que antecederam o Encontro a Secretaria Executiva teve que elaborar três projetos para captação de recursos para a divulgação, feira de amostra e cultura do encontro Nacional. Teve ajuda de pessoas do Fórum DF e da SENAES. Os problemas do Fórum DF serão resolvidos pelo próprio Fórum DF O pessoal da SEPIR chegou e tomou conta de um stand e de várias mesas e não foram solidários, atropelaram a comissão organizadora.

Luciene (BA) – A não vinda do Lula foi negativa com relação ao tumulto gerado pela manha e as pessoas ficaram frustradas por não conhece-lo. Mas isso não impediu de mostrar que outra economia acontece. As baianas do acarajé revoltaram a Bahia, são ligadas ao ACM. Porque elas aqui e não as da economia solidária?. Porque o privilégio da SEPIR? A comissão organizadora sabia que Lula não vinha? Se estivesse ciente ia provocar tumulto. A Comissão está de parabéns. Ponto positivo não ter vindo da Bahia só região metropolitana, outras regiões vieram.

Éster – O Encontro foi ótimo. Os pontos negativos foram mínimos. Um ponto muito positivo foi a não violência pela quantidade de pessoas. Foi ruim encontrar as baianas do ACM.

Damião (AL) – Foi uma oportunidade de amadurecimento nos estados. Os relatórios dos encontros estaduais dariam uma ajuda boa no Encontro. A independência do movimento com relação ao governo é importante.

Jose Antonio (PB) – Devemos aprender com nossos erros. A não vinda do Lula já era esperada. Temos que colocar uma pauta de discussão com a SENAES com relação à agricultura. Perdemos um ótimo momento de ir às ruas, que não seria contra o governo, mas contra questões antigas que tem quinhentos anos.As propostas feitas pelos empreendimentos devem ser levadas em consideração e entregues em forma de documento ao governo. Tem que entrar em pauta o quanto antes, o ultimo ano do governo não vai adiantar. Temos que botar o povo na rua, se a economia solidária conseguir este passo teremos uma economia voltada para o que queremos. Tivemos ganhos em relação ao encontro. Mostramos o que somos, demos o nosso recado. A comissão organizadoras atuou dentro do que se esperava. Parabéns à coordenação da mesa. Estamos todos de parabéns.

Laudicê (SE) – Foi bom o Encontro. Foi ruim a feira de amostra virar feira de comercialização, sendo que a proposta não era esta.

Jose Silvino (PR) – Nas discussões temáticas, não foi colocada na plenária do governo o que foi discutido no grupo. Me senti prejudicado na discussão dos empreendimentos, sou de uma indústria, faltou agroindústria, derivados de mandioca. O Fórum estadual do Paraná foi criado na marra, as instituições políticas do estado não queriam e nem a universidade, quem viabilizou foi a ADS/CUT.

Paulo (DF) – Todos estados vieram, os erros aconteceram, mas teve mais acertos que erros. Quanto à independência temos que ter sim. O que esta na SENAES é nosso, se estamos usufruindo, estamos usufruindo o que é nosso. O Fórum do DF está aqui para contribuir.

Maria Antonia (PI) – O encontro foi muito bom e proveitoso. Colocamos várias questões a nível nacional. Os erros contribuem para fortalecer. Aqui tínhamos que fazer a avaliação da URBIS. Foi uma feira que não alcançamos o que esperávamos. Levamos muita mercadoria que não foi vendida. Tivemos prejuízos e não estamos tendo reposição, estamos arcando com o prejuízo. O Fórum não se responsabilizou pelas coisas que sumiram.

Ary (RJ) – Gastamos quase um milhão no encontro, é contraditório. Na organização dos próximos encontros, como fazer por quinhentos reais.

Deuzani (Secretaria Executiva) – Colocou que o Fórum não participou da organização e controle da feira da URBIS. Ângela colocou que o Fórum Nacional a deixou sozinha. Mas houve pontos positivos, houve uma cooperativa de SP que vendeu para os italianos e um espaço para a Economia solidária ser divulgada.

Lenivaldo (PE) – A URBIS não era nossa pauta. Participamos, mas não é nossa prioridade. É dos gestores. Na reunião de preparação do encontro, a URBIS tomou muito espaço. O alojamento do Morumbi foi ruim.

Ary (RJ) - A URBIS não é a nossa cara.

1.3.2 – SÍNTESE DA DISCUSSÃO DO GRUPO DE EMPREENDIMENTOS:

- Encontro foi bom e proveitoso, foi um salto de qualidade;
- Conseguimos dar visibilidade;
- Foi interessante a visibilidade interna, a visibilidade pública foi precária, a estratégia da comunicação foi frágil. Não atingimos um público maior;
- A não presença do Lula foi frustrante para os empreendimentos que o queriam conhecer, e atrapalhou no primeiro dia, mas mesmo assim o encontro aconteceu e mostramos que outra economia acontece;
- Perdemos grande chance de fazer a caminhada, forma de luta;
- Caminhada e diálogo não são excludentes, poderia ter feito os dois;
- Expectativa no diálogo com o governo foi frustrada, não houve respostas para as perguntas;
- Não houve condições de aprofundamento com a mesa do governo, embora os empreendimentos tenham se sentido prestigiados pela presença do governo;
- Mesa do governo ficou surpresa com a força das colocações e com a organização e não tinham resposta para as perguntas, importante governo ter ouvido antes;
- Comissão está de parabéns, mas poderia ter sido maior e mais representativa, a Região Centro Oeste ficou prejudicada, pela dificuldade do DF;
- Questão política organizativa mais presente em alguns estados do que em outros;
- É fundamental refletir mais sobre o processo político organizativo, não está dado;
- Do ponto de vista organizativo não houve diálogo dos Encontros Estaduais com o Nacional;
- Os Estados chegaram com uma pauta que não foi aproveitada pelo Encontro Nacional;
- SEPIR ter ocupado um stand e as baianas do ACM que não participaram do encontro estadual ter participado e ter prioridade por ser patrimônio histórico, a economia solidária também é. A comissão organizadora permitiu que elas inclusive vendessem acarajé. Outras baianas vieram nos ônibus e não fizeram acarajé. A participação dos quilombolas foi discutida na comissão, mas no final vieram as baianas. Não é responsabilidade da comissão organizadora, veio pelo governo;

- Propostas dos empreendimentos nos grupos precisam ser encaminhadas;
- Colocar na pauta da reunião da Coordenação Nacional a responsabilidade de encaminhar as questões do Encontro;
- Mandar para os estados os relatórios do Encontro Nacional, antes da reunião da coordenação;
- **Encaminhamento imediato**, carta ao Lula, e políticas públicas;
- **Encaminhamento a médio prazo**, relatório por ramos de atividade;
- A sistematização final, os relatores não conseguiram fazer. Rever e enviar para os estados e diversos órgãos de governo;
- Os estados devem fazer avaliação do encontro e encaminhar para o FBES e também para os órgãos de governo estaduais. Coordenações estaduais repassar para os municípios;
- Encontros estaduais foi ponto positivo;
- A descontinuidade na participação das reuniões da coordenação nacional e conselho interlocutor prejudica, precisamos reavaliar as listas de ambos. Secretaria executiva enviar as duas listas para o Conselho Interlocutor verificar;
- Metodologia foi boa, muita demanda de formação nos conceitos básicos da economia solidária, devido ao tipo de relação entre assessorias, ITCPS e gestores que não respeitaram os tempos dos grupos;
- Contraditório gastar tanto dinheiro no encontro diante das dificuldades dos empreendimentos. Próximo encontro fazer com empreendimentos e não com uma empresa;
- Sonorização externa faltou, não houve filmagem das delegações chegando e nos almoços. Coordenação fez contato de filmagem alternativa, filmou nos hotéis, feira. Vai repassar a fita;
- A parte cultural dos estados não foi bem aproveitada;
- A Economia solidária é um movimento diversificado, vários olhares , várias percepções, ainda não existe uma possibilidade de síntese desta diversidade;

1.3.3 – GRUPO DE ASSESSORIA E GESTÃO:

1.3.3.1 - Fortalecimento de identidade

- O encontro foi dos empreendimentos, assegurou a fala dos empreendimentos e a necessidade de avançar o movimento;
- A troca de experiências foi garantida e um dos pontos altos do Encontro, provocando a aproximação dos resultados do encontro estadual com o nacional, dada a característica diversificada (caleidoscópica) da economia solidária essa troca sinaliza para uma situação de complementaridade (mosaico);

1.3.3.2 – Visibilidade do Encontro Nacional

- Avanço quanto à visibilidade interna, entre os próprios empreendimentos;
- Debilidade na visibilidade pública, necessidade de fortalecer a estratégia de comunicação;

1.3.3.3 - Políticas Públicas

- Não houve condições de aprofundamento;
- Embora os empreendimentos tenham se sentido prestigiados de algum modo com a presença dos representantes do governo federal, o retorno ficou aquém do esperado;
- Equívoco em delegar a SENAES a composição da mesa de diálogo com o governo;
- O encontro sinalizou a centralidade da SENAES como interlocutora do movimento;

1.3.4 - SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA/GESTÃO:

- Encontro deu maior visibilidade para os empreendimentos. O objetivo de ter visibilidade é fazer o movimento avançar;
- Elaborar documentos mais propositivos para avançar no que já é consenso;
- Com relação ao governo, o representante não pode dar respostas instantâneas. Problemas na condução, mas é um problema de fundo, ilusório achar que os empreendimentos vão fazer perguntas e que o governo vai responder;
- A cultura não foi aproveitada na sua dimensão. A comissão organizadora tinha uma preocupação em relação à cultura, mas não foi possível viabilizar um espaço durante as discussões da comissão organizadora para melhor planejar esta parte dentro do Encontro;
- Interessante opção de fortalecer a Economia Solidária a partir de baixo, do que está nascendo;
- Preocupação é daqui para diante. Tem questões para dentro e para fora. Estrategicamente para onde vamos conduzir?. Voltar a discussão num Fórum mais ampliado;
- Tem questões de encaminhamento do Encontro a curto, médio e longo prazo. Temos que fortalecer nos Fóruns locais e regionais;
- **Encaminhar imediatamente um documento de sistematização dos grupos temáticos para diversos segmentos do governo;**
- **Encaminhar imediatamente a carta de desagravo ao Presidente da República. Precisa estar na carta a frustração nossa com a sua não presença. Houve jornais que disseram que Lula não foi ao encontro da Economia Solidária e foi ao encontro automotivo;**
- **Encaminhar o Relatório final do Encontro Nacional e o vídeo do evento para os Estados;**
- **Digitar e sistematizar as fichas de avaliação;**
- A Secretaria Executiva do FBES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES tiveram muito trabalho com o Encontro. O Fórum ficou um pouco à parte;
- Ajudar o pessoal de Brasília a encaminhar as questões;
- Rever a maneira que estamos tocando as questões. Melhor não ter alguns estados não participando do que ter a reboque;
- Para muitos empreendimentos foi válida a conversa com o governo.
- Houve falta de apoio da assessoria para os empreendimentos durante o Encontro. Das entidades nacionais pertencentes ao FBES destacamos a contribuição do João Correa (FASE), João Roberto (IBASE) e Terezinha (PACS). Houve dúvidas com relação à participação das assessorias no Encontro;
- Empreendimentos queriam mais autonomia na condução do encontro, ouvimos pessoas dizendo que as assessorias estavam se colocando demais;
- As assessorias que estavam na comissão organizadora é que estavam trabalhando. Teve assessorias que vieram como convidadas, e houve pessoas que disseram que havia convidados demais. Teve assessorias que talvez quisessem participar dos debates e influenciar, empreendimentos é que deviam decidir o que queriam;
- Estamos num Fórum misto, com setenta por cento de empreendedores, qual é a relação com as assessorias e gestores? As assessorias tinham a preocupação de não tomar a frente dos empreendedores. Preocupação de orientar os empreendedores, de como participar das reuniões. Nos ônibus uma pessoa de assessoria veio coordenando o grupo e aqui continuaram fazendo as reuniões. Esforço financeiro para vir dentro dos ônibus. Houve dúvidas se ficariam na feira ou nas discussões. O papel pedagógico dos assessores ficou claro durante o encontro;
- Hoje tem as Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs - que não sabemos se faz parte da rede de gestores. Temos uma discussão acumulada com relação ao papel dos gestores. Discutir inclusão das DRTs na rede de gestores? Levantar para a SENAES a

- questão das DRTs. Teve estados que as DRTs mobilizaram para uma grande feira dentro do Encontro, diferente do que foi encaminhado pela Comissão Organizadora;
- Separar o que o Fórum designou como Rede de Gestores, o DRT's deve ser discutido com a SENAES;
 - Dificuldade da Secretaria Executiva na feira, não houve ajuda;
 - Os relatores e facilitadores indicados também falharam. Pessoas que estavam na lista de relatores e facilitadores nem deram respostas;
 - Em grande parte dos estados não houve a discussão da parte temática;
 - A idéia não é o diálogo ou a caminhada. A Economia Solidária é um movimento que pode fazer mobilização ou só dialoga com o governo? A Economia Solidária também pode fazer mobilização ou não? Os diversos outros movimentos continuam dialogando e fazem movimento;
 - O embate no Pará com o INCRA tem ensinado isto, tem momentos de diálogo, mas tem momentos de mobilização;
 - Este encontro para os empreendimentos foi um momento de reconhecimento e para o governo foi de reforço da SENAES. Esse reforço para o movimento foi importante;
 - Com relação às questões mais práticas, precisamos resgatar os relatórios estaduais e colocar na internet. O exemplo do Rio Grande do Norte é muito importante. O vídeo pode ser reproduzido e copiado em qualquer computador. Vai ser disponibilizado;
 - Cada Estado deve ter todo o material bruto produzido pela empresa Aplauso, responsável conforme o pregão, pela produção deste material;
 - Temos pendências com o relatório final do Encontro, faltem três relatos dos grupos. Secretaria Executiva cobrar;
 - A cartilha (caderno) deve ser retomada;
 - O Banco de dados do credenciamento, possui em torno de 1900 endereços. Possibilidades de produzir relatórios de vários aspectos;
 - Muito importante à mobilização que foi feita para o Encontro Nacional;
 - Pensar alguma estratégia de animação, que pergunte aos empreendimentos como voltaram aos seus Estados;
 - Reforçar discussões de avaliação nos estados. Aproveitar este momento;
 - Credenciamento de convidados foi muito aleatório, teve empreendimentos que ficaram como convidados;
 - Importante fazer a avaliação dos estados, não fazer só a do conselho Interlocutor;
 - Depois do Encontro Nacional estamos em outro estágio, tivemos um grande crescimento;
 - O Fórum Nacional deve acompanhar o mapeamento feito pela SENAES.
 - Priorizar a formação dos empreendimentos;
 - Temos responsabilidade de levar aos estados o que foi discutido aqui;
 - Em algum momento temos que dar atenção aos estados que ainda não possuem Fórum Estadual;
 - A plataforma da Economia Solidária é de todos os atores que a construíram. O Encontro Nacional foi de um segmento do Fórum, os empreendimentos. O Encontro não foi uma revisão da plataforma, foi uma visão dos empreendimentos;

1.3.5 – CATEGORIAS E NÚMEROS DE PARTICIPANTES NO ENCONTRO NACIONAL:

- Empreendimentos - 1631
- Convidados – 139
- Apoio – 76
- Coordenação – 40
- Imprensa – 10
- Não identificados – 44
- **Total de credenciados – 1940**

1.3.6 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO:

- Associação – 385
- Cooperativa – 216
- Empreendimento – 41
- Empresa autogestionária – 8
- Grupo Informal – 141
- **TOTAL - 822**

1.3.7 – ASSESSORIAS, GOVERNO, ESTUDIOSOS E MOVIMENTOS:

- Assessoria - 118
- Governo – 83
- Sindicatos – 38
- Universidade – 15
- **Total– 254**

2 – Secretaria Executiva FBES

2.1 – PONTOS DISCUTIDOS:

- Feita leitura do ofício, onde a SENAES encaminha o projeto de apoio à Secretaria Executiva do FBES para a ADS;
- Leitura das metas que a Secretaria Executiva deverá cumprir durante a vigência do convênio que será firmado entre SENAES e ADS por intermédio da Fundação Banco do Brasil e dos resultados esperados;
- Tirar uma comissão para acompanhar a Secretaria Executiva, garantir transparência, a própria Secretaria Executiva não pode criar critérios para contratação. Algumas condições não eram dadas antes. Podemos melhorar relações com outros ministérios;
- Em algum momento discutir não só o perfil dos personagens que vão passar por uma licitação, mas como este escritório vai funcionar. Rever perfil para a Secretaria Executiva, tirado na última reunião do Conselho Interlocutor;
- Sobre o edital de seleção, levar em conta quem já está prestando serviço;
- Priorizar agilizar o convênio e a seleção das pessoas para a Secretaria Executiva;
- Se o convenio retardar, estabelecer uma estratégia para pagar tardiamente;
- Foi discutido em dezembro, na última reunião do Conselho Interlocutor, que seria a entidade nacional que está em Brasília e o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno;
- Não adianta a situação da Secretária Executiva estar resolvida até dezembro e depois ficar com o pires na mão, é preciso garantir o ano que vem;
- A ADS está fazendo o convenio com a SENAES, mas a responsabilidade também é do FBES;
- Garantir um espaço físico, centrar as atividades da Secretaria Executiva na documentação e comunicação, internet. Temos que ter algo qualificado para subsidiar as informações, boletim virtual e impresso. Não é só animar fórum eletrônico;
- Na reunião da Coordenação Nacional em abril deste ano foi deliberado que o Fórum do DF e Entorno faria a seleção, a ADS não participou porque foi uma decisão política. Quando saiu o processo de seleção a ADS foi cobrada;
- ADS proporcionou o local para instalar a Secretaria, a assessoria de comunicação foi retirada porque seria contratada uma jornalista;
- As contas telefônicas, a ADS pagou, mas a CUT não arcou, vai ser necessário ressarcir a ADS;
- Mensurar se os recursos do convênio comportam toda a despesa e se estamos de acordo com as metas, se vamos conseguir cumpri-las;
- Não usamos toda a nossa capacidade de buscar recursos para viabilizar o Fórum;

- Existe a dificuldade para vencer a burocracia, não vai ser possível viabilizar o convenio para primeiro de setembro;
- O convênio é pouco, deve ser revisto;
- Retomar idéia do FBES elaborar um projeto de captação de recursos pela cooperação internacional, para dois anos de sustento da Secretaria Executiva. As doações já repassadas pela FASE, IBASE, Cáritas e ADS, além da estrutura já proporcionada pela ADS entrar no projeto como contrapartida;
- PACS e FASE já se colocam para elaborar este projeto;
- Coordenação deverá discutir a questão da Secretaria Executiva politicamente;
- **Deuzani** – colocou que pode levar a Secretaria Executiva até o final de agosto com recursos previstos no projeto para divulgação do Encontro, encaminhado para a Fundação Banco do Brasil, onde foi previsto o pagamento do pessoal do Fórum do DF que auxiliaram a Secretaria Executiva na organização do Encontro Nacional;
- A partir de setembro é necessário que a Comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva agilize o convênio entre SENAES e ADS;
- Buscar recursos não só para a Secretaria Executiva, mas para todo o FBES. Existem várias fundações e outras instituições onde é possível fazer uma negociação mais livre;
- Alguma solução para entidades que estão no FBES suprir até que seja resolvida a questão do Convênio;
- Passar chapéu parece que vai ter que continuar devido às necessidades;
- **Rosemary** da FASE colocou que não tem mais condições de arcar com doação para a Secretaria Executiva este ano;

2.2 – ENCAMINHAMENTOS PARA SECRETARIA EXECUTIVA:

- **Grupo de trabalho para elaboração do projeto para captação de recursos internacionais** – Ruth (PACS), João Correa (FASE), João Roberto (IBASE), Gaiger (UNITRABALHO) e Lenivaldo (empreendimentos PE) – Trabalho para médio e longo prazo;
- **Comissão de Acompanhamento para a Secretaria Executiva** – Ademar (Cáritas), Sebastiana (Empreendimentos MS integrante do Conselho Interlocutor), Francisco de Lucena(ADS), Aláides (Empreendimentos DF). Deuzani lembrou que a pessoa do Conselho Interlocutor do DF é Maria Veroneide. Fórum DF ficou de resolver quem seria a pessoa do DF;
- **Tarefas da Comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva do FBES**
 1. Conversar com a SENAES sobre o Convenio
 2. Esclarecer se o recurso é da SENAES ou da FBB
 3. Fazer revisão das metas, resultados esperados e orçamento do projeto para o convênio.
 4. Aprovar o convênio para garantir o operacional, o mínimo
 5. Tentar alterar e ampliar o valor do Convênio
 6. Tentar que o contrato passe de dezembro
 7. Fazer a seleção para a secretaria executiva
 8. Agilizar o convênio
 9. Fazer interlocução política com a SENAES, ADS e Secretaria Executiva
 10. Gerir os recursos da Secretaria Executiva
 11. Encaminhar certificado de participação no Encontro Nacional -João Correa (FASE PA) vai apresentar proposta de certificado.
- Elaborar carta de agradecimento à CUT e solicitação de anistia da dívida da ADS relativas às contas telefônicas da Secretaria Executiva de junho a agosto. A carta deverá ser acompanhada de assinaturas colhidas do Conselho Interlocutor

3 – FORUM SOCIAL MUNDIAL

3.1 – INFORMES:

João Roberto (IBASE) – Não houve reunião do GT brasileiro na URBIS. Consulta do Fórum Social Mundial pela Internet para sugestões dos temas foi feita até 31 de julho e FBES não se pronunciou. O grupo de metodologia do FSM vai propor grupos aglutinadores. Aglutinação de temas aparecem quando os grupos se repetem. Solicitou-se que as entidades de assessoria de Economia Solidária fizessem inscrições. Somente FASE, PACS, IBASE se inscreveram. Surgiram propostas de redes internacionais que não tem muita diferença em relação aos outros anos. Importante o FBES se antecipar em relação a outros atores. Possíveis alianças, organizações que estão atuando no campo da segurança alimentar, Lula vai abrir assembléia da ONU com discurso de combate a fome, então segurança alimentar é estratégico. O comércio justo é cada vez mais criticado, pela forma que é levado. Debate de submeter os compromissos financeiros ao cumprimento das metas sociais hoje é estratégico. Com podemos estar falando das compras públicas para Economia Solidária. O orçamento que saiu para a Catende foi descontingenciado para pagamento de dívida, precisamos levar esta discussão para o FSM.

Ademar (Cáritas Brasileira) – FSM decidiu negociar que o abastecimento do FBES seria via empreendimentos do RS. No Fórum das Américas só esteve presente Ademar da Cáritas Brasileira. A Europa está assumindo a articulação da agenda do FSM, a América está pouco presente no processo de participação. Fazer grupo de animação dos diferentes continentes. O processo de debate deverá ser cada vez mais apropriado pelos empreendedores, ou seja, que os empreendedores estejam na mesa. Na última reunião da coordenação houve proposta de criar um grupo de relações internacionais.

Lenivaldo (PE) – Carece informação sobre os processos de globalização. Como fazer denúncias das multinacionais. Precisa fazer tradução para os vários idiomas, não dá para ficar só em quatro idiomas. O Fórum Social do Nordeste vai acontecer em novembro. O Fórum Social Potiguar será em outubro.

João Correa (FASE – PA) – O Fórum Social do Pará será próximo à conferência do Fórum da Amazônia Ocidental - FAO. O Fórum Social Pan Amazônico acontecerá na semana anterior ao FSM, de 17 a 23 de janeiro.

Rose (FASE) – O processo do FSM que tem cinco anos, fica difícil para quem não está participando. O FSM é um evento internacional. O Comitê Internacional do FSM decidiu mudar a metodologia privilegiando também a Economia Solidária, o que já é uma consequência do IV FSM em Mumbai. Quando fomos discutir a crise e o salto da Economia Solidária na Índia, onde não existe Economia Solidária mas existe recurso do povo, foi uma negociação delicada, mas naquele FSM eles eram nossos representantes. O Comitê internacional teve que rever os seus conceitos sobre Economia Solidária. Nesta discussão viam dificuldade operacional e financeira. Como dar conta de 150 mil participantes. Quais os grandes temas, qual o painel. O Comitê Internacional antes tinha o privilégio dos painéis, as oficinas eram para as entidades autogestionárias. Quais as questões temáticas dos brasileiros? O painel está garantido, o tema central não. Precisamos fazer o debate de um novo mundo. Como construir as relações internacionais. Ação conjunta internacional de boicote econômico internacional, eleger duas ou três multinacionais. Trazer os trabalhadores para as mesas, além do debate conceitual, trocar experiências. Lista de temas foi feita pelo mapeamento dos seminários, eleger temas que foram minimamente abordados. O que querem negociar é a aldeia solidária, espaço da economia solidária, que poderia ser no acampamento. Agora temos toda a cidade de Porto Alegre. Propor ao Comitê organizador que as bolsas e mochilas sejam feitas pela Economia

Solidária, já está ultrapassado, vamos fazer inclusive os regalos (lembrancinhas). Café da manhã está ultrapassado, vamos fazer o almoço.

Gaiger (UNITRABALHO) – Três formas de participar do FSM. O FBES já é uma grande rede, talvez a maior do mundo. O programa estará definido em novembro. Temos três caminhos a escolher:

1 – Entidades que estão no FBES ficariam liberadas para propor atividades

2 – O FBES prepara uma proposta aglutinadora e inscreve no site, que vai ser aglutinadora com outras propostas.

3 – Entrar em contato preliminarmente com outras redes e fazer uma proposta só.

A UNISINOS em parceria com a UNESCO, tem uma proposta de uma rede de pesquisadores participar e apoiar uma atividade no FSM, pobreza e economia solidária. A UNESCO abre portas. A UNISINOS não quer fazer atividades isoladas, prefere fazer com o fórum.

Eunice (ADS/CUT) – Até que ponto temos condições de fazer com que a Economia Solidária seja o centro do FSM. No mínimo uma conferência, não atividades simultâneas. Não vamos para o V FSM para atividades simultâneas para a intelectualidade debater. Se não damos conta, vamos ver outra estratégia. Devemos aproveitar este FSM no Brasil para colocar o protagonismo dos empreendimentos ou será mais um para a intelectualidade discutir? O Fórum Estadual do RS não foi consultado e o FBES também, o que desautoriza encaminhar a organização. No fórum passado no RS a CUT fez um portal. Tem que materializar em quem opera. Marcos Arruda ficou responsável para encaminhar esta proposição de conferencia. Há possibilidade real? Se não, como o Fórum Brasileiro poderá construir esta oportunidade impar de fazer algo de massa com os empreendimentos sendo protagonistas, que irá proporcionar uma visibilidade internacional do que esta sendo o FBES.

Gaiger (UNITRABALHO) – As conferências virão dos grandes temas aglutinadores.

Ary (RJ) – O FSM aponta problemas mas não apresenta propostas concretas para as dificuldades de milhões de pessoas no planeta. A Economia Solidária tem propostas para isso. A maior preocupação é na rede de comercialização e consumo. Ter ação propositiva de consumir produtos de Economia Solidária. Têm as trocas solidárias, as moedas solidárias que podem estar alavancando alternativas à globalização. Tem um processo no RS que não está passando pelo Fórum Estadual do RS. Cria-se um GT de Economia Solidária no FSM que não passa pelo Fórum Estadual do RS.

Ademar (CÁRITAS BRASILEIRA) – Temos um discurso que o FSM nos aglutinou, não é só questão de dívida mas de um espaço privilegiado. Enquanto FBES vamos disputar o tema da Economia Solidária entre as grandes conferencias? Tem Fórum Pan Amazônico, do Nordeste e Potiguar. A articulação nacional era para organizar no Brasil, com ações de mobilização. Poucas organizações fizeram ações de mobilizações.

Como articular a nossa participação nestes fóruns? Será impossível enviarmos todos os empreendimentos para POA, mas se garantirmos as discussões nos fóruns regionais seria bom. O grupo de trabalho pode se articular com a rede internacional.

Nelsa (RS) – Dar uma olhada especial para FSM que tem repercussão internacional. Está na hora de colocar o confronto de práticas daqui com a de outros países. Lutar muito para isso. Ser atores ativos, não e só ofertar comida, sacolas e ter um cantinho na feira. No RS o FSM esta correndo por fora. Já existe uma nota conceitual que foi aprovada, já existe um grupo, um plano de trabalho. Não estamos fazendo este debate. Do jeito que está se não houver uma posição do FBES, vai haver uma articulação paralela. Já foram tiradas três pessoas que vão receber 2500 reais para articular o abastecimento. Devemos reverter esta situação.

Ruth (PACS) – Diminuir as atividades do FSM, para estarmos em outros espaços que falam de Economia Solidária. Convidar empreendimentos para fazer parte da lista. Validar temas, existe resistência quanto à economia Solidária e a pobreza. O que o Brasil propõe como tema. Tem articulação política no RS que está avançada com relação à Economia Solidária, é o embate político partidário que está nos prejudicando.

Rose (FASE) – Esta acompanhando o debate no RS, mas não vai entrar em detalhes. Quando a casa esta desarrumada fica difícil. O momento é do FSM. Qual a relação entre FBES e Conselho Internacional do FSM. O tema central da Economia Solidária está em disputa. O FBES precisa ter interlocução direta com o Comitê Internacional. Estabelecer uma relação do grupo local com o Comitê internacional, que é o Fórum estadual. Reunião em POA de emergência, o Conselho Brasileiro do FSM está pedindo. O Comitê Internacional e o Brasileiro não vêm respeitando as redes. Disputar o painel não é simples. Se estivermos na estrutura está garantida a tradução. Se o Brasil não responde fica difícil, temos mais possibilidade de fazer lobby porque vai ser em POA. Alessandra está respondendo pelo Comitê internacional no Brasil.

3.2 – PROPOSTAS DO BRASIL:

- Segurança alimentar
- Soberania
- Relação norte sul
- Dívida externa (FMI)
- ALCA –
- Transnacional: Economia Solidária X Pobreza

3.3 – ABASTECIMENTO DO FSM PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA:

- Mudar o quadro atual da organização dentro do FSM com relação à Economia solidária, se não houver condição desta mudança, construir a nossa proposta;
- Depende de decisão política deste conselho mudar o quadro atual;
- Estabelecer o FBES como referência junto ao conselho Brasileiro e Comitê Internacional do FSM;
- Estabelecer relação entre FBES e Fórum Estadual do Rio Grande do Sul;
- Cadeias: alimentação, agricultura, limpeza, kit confecção, artesanato
- Propor e fazer interlocução com outras redes;
- Trabalhar para que haja uma Conferência de Economia solidária no FSM;
- Painel proposto pelas Redes Internacionais – novo modelo de economia – OUTRA ECONOMIA ACONTECE –
- Cáritas e Milton Pantaleão foram conversar com SENAES sobre o abastecimento do FSM pela Economia Solidária, falar com SENAES na conversa de amanhã (17.08);
- Se reconhecermos o FBES como interlocutor da Economia Solidária no Brasil o Fórum do Rio Grande do Sul pode operacionalizar. Vai desde o eixo temático, estratégia, público alvo, não é só abastecimento;
- Organizar o site do FBES para divulgar a organização do FSM e fazer folder de divulgação;
- Elaborar uma carta referendando a equipe tirada por este Conselho, afirmando politicamente as decisões aqui tiradas;
- Cáritas referendar alguém para representar o FBES;
- Viabilizar possibilidade de colocar espaço para os empreendimentos exporem, vai dar visibilidade.
- Representação do Brasil (com regiões) para produtos;
- Participação dos outros países nos produtos
- Alimentação mais local

3.4 – EVENTOS NACIONAIS ANTES DO FSM:

- Fórum Social Potiguar – Setembro
- Fórum social do Nordeste – novembro
- Fórum Pan Amazônico – FAOR – 23 de janeiro de 2005

4 – CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:

4.1 – PONTOS DISCUTIDOS:

- Discussão na última reunião da Coordenação Nacional, recomendou cuidado para não atrapalhar o andamento do Conselho Estadual em Minas Gerais;
- SENAES está verificando todos os Conselhos que já estão em funcionamento, ficou de trazer para ajudar na proposta do Conselho Nacional da Economia Solidária. A maioria dos Conselhos são deliberativos, previsto em lei;
- Já está previsto na lei que criou a SENAES a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Depois da reunião da Coordenação houve proposta de ampliar o GT do Conselho Nacional incluindo o pessoal de Minas. Se Minas conquistou um Conselho Deliberativo não tem como o Nacional voltar atrás. É estratégico criar o Conselho, pensar em Fundo Nacional e Conferência da Economia Solidária, conferências são mobilizadoras;
- Clarear objetivos do Conselho, voltar à origem da criação da SENAES. Consultivo ou deliberativo depende do papel que o Conselho vai desempenhar;
- Reunião da USP do GT tem dados sobre a criação do Conselho;
- Minas constituiu um Conselho do Fundo para Economia Solidária;
- Criar um Conselho deliberativo da coisa pública e não da SENAES;
- Conselho do governo é consultivo, diferente de Conselho de Gestão da coisa pública;
- O Conselho Interlocutor deve discutir a política macro como o sistema público de emprego, recursos do FAT e Sistema S;
- Na CUT discute sistema público incluindo Economia Solidária;
- Vai ser deliberada até o final do ano a política macro do governo, não estamos debatendo;
- O Centro Público está incluído numa política pública geral;
- Que a criação do Conselho Nacional pela SENAES seja em diálogo com o FBES, com vistas a ampliar as alianças para dentro e para fora do governo em favor da Economia Solidária;
- A estruturação do Conselho Nacional deve respeitar um processo de baixo para cima, desde os municípios, (formação de Fóruns e Conselhos Municipais);
- A Política Pública de Economia Solidária passa pelo FAT, CODEFAT, Conselhos estaduais e municipais. O que existe não corresponde à realidade de hoje;
- Vamos constituir um Conselho à parte? Precisa ser um conselho de controle da coisa pública. Se for um conselho da SENAES, vai trabalhar com que recursos? Vai gerir recursos que estão em outro órgão?
- Recife tem um fundo público, conselho paritário para exercer o controle social, disponibiliza recursos públicos para na ponta operar crédito;
- Há uma inviabilidade de operar os recursos públicos por dentro dos bancos, estrutura da burocracia e da cultura bancária inviabiliza. Já discutido com a SENAES;
- Propor para SENAES uma oficina no segundo semestre definindo uma estratégia para compor o Conselho Nacional;
- Como articular a criação do Conselho para Fundo público da economia solidária e o Conselho que a SENAES pensa;
- Na época da criação da SENAES o primeiro item foi a criação de um fundo público para Economia Solidária. Não podemos ficar sempre com as migalhas. O Conselho Nacional precisa servir para uma gestão da coisa pública. O PROGER foi o primeiro momento em

que se pensou na grande massa de trabalhadores informais, mas continuamos fragmentados. Precisa ser um trabalho integrado. A SENAES precisa ser embaixadora da Economia Solidária para dentro do governo, não se limitar a ficar com o resto, discutir o trabalhador da Economia Solidária

- com todos os seus direitos que ainda não estão garantidos;
- Minimamente já existe diálogo com os outros ministérios, o Encontro Nacional foi positivo para garantir a consolidação da SENAES, dos empreendimentos e a discussão de políticas públicas para garantir o depois. O que faz a manutenção da economia solidária depois? O CONDEFAT não consegue fazer o intercâmbio. Está posto um grande desafio de trazer o sistema “S” para a Economia Solidária. Precisamos buscar todos os fundos, o estado foi privatizado pelos fundos de pensão. Qual a responsabilidade social da PREVI no Pará com relação a Vale do Rio Doce? Precisamos fazer mais debates políticos sobre estes pontos.
- O PNQ foi um desenho da Economia Solidária, não acessamos porque não temos interlocutor no município;
- O Fato de ter um Conselho consultivo e um pequeno orçamento, não justifica a forma que os projetos foram deliberados. No próximo ano vai ser maior, a SENAES é a única secretária que os trabalhadores podem acessar recursos, mas quem define é a própria SENAES;
- Os Projetos precisam ter critérios e destino para que qualquer um possa disputar, o que é diferente da SENAES decidir. Tornar público o que é público. Gradativamente publicizar a coisa pública;

5 – REUNIÃO COM A SENAES – 17 de agosto – 11h00

Participantes da SENAES – Professor Paul Singer, Valmor e Haroldo (anteriormente)

5.1 – PAUTA

- Informes dos Grupos de Trabalho – GT’s
- Avaliação do Encontro Nacional de Empreendimentos
- Secretaria Executiva
- Fórum Social Mundial
- Conselho Nacional de Economia Solidária
- Critérios de avaliação, aprovação e destinação de recursos da SENAES
- Encontro da Rede de Trocas e Encontro Estadual de Empreendimentos do Amazonas
- Calendário do FBES

5.2 – SÍNTESE DOS PONTOS DE DISCUSSÃO COM A SENAES:

- Conselho Nacional de Economia Solidária
- Diretrizes das políticas públicas
- Critérios de avaliação, aprovação e destinação dos recursos
- Fórum Social Mundial
- Avaliação e encaminhamento I ENES:
 - O Encontro Nacional de Empreendimentos favoreceu e fortaleceu a SENAES e os empreendimentos;
 - Em alguns estados que não possuem Fórum a mobilização foi feita pela SENAES, porque não tivemos pernas para fazê-lo, mas seria bom que nos próximos eventos fizéssemos juntos.
- Encontro Rede de Trocas
- Encontro da Amazônia

- Financiamento da Secretaria Executiva do FBES/Comissão de acompanhamento da Secretaria Executiva
- Informes dos Grupos de Trabalho – GT's
- Revisão do calendário do FBES

5.3 - INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO – GT's

5.3.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO FBES:

Os GT's precisam socializar o debate. O Conselho Interlocutor do FBES precisam debater as questões discutidas nos GT's. A política macro do governo federal está sendo deliberada agora, onde já tem proposta de micro-crédito (formal, informal e economia solidária). Os GT's estão desvinculados da política macro. A idéia de formar GT's seria para ter um espaço de um tema prioritário que acumularia discussões. Os GT's devem assegurar a participação dos componentes. A SENAES deveria assumir criar relatórios a cada reunião de GT's. Os GT's são órgãos de cooperação com a SENAES, tem a ver com o FBES por causa da discussão política. A responsabilidade de fazer funcionar é da SENAES e não da Secretaria Executiva do FBES. Existe uma proposta de mudança do Marco Jurídico para as OSCIPS? Não nivelamos OSCIPS com Economia Solidária, algumas OSCIPS podem ser Economia Solidária, outras não. Os dois por cento que os banco públicos devem destinar para micro-crédito, devem ser aproveitados para as OSCIPS, cooperativas, etc.

O funcionamento dos Grupos de Trabalho – GT's - a SENAES tem financiado. Esta situação não está muito regular junto à assessoria jurídica do Ministério do Trabalho, precisa de uma formalização dos grupos de trabalho, para eu possam ser alocados recursos, o que não significa estatização dos GTS. A dinâmica e composição dos GT's partirão dos membros dos seus membros.

Incluir o GT de Captação de Recursos Internacionais para o FBES na mesma formalidade dos outros GT's.

5.3.2 – GT DE FINANÇAS SOLIDARIAS

- Na terceira reunião foi discutido o tema dos Fundos Solidários com a presença do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS – e da Articulação Nacional de Fundos de Apoio a Pequenos Projetos, onde foi apresentada pela SENAES e BNB, para análise dos participantes, a proposta de um Projeto Piloto a ser desenvolvido na área de influência do Banco do Nordeste, na perspectiva de constituição de um Fundo Nacional Solidário. Atualmente este Projeto Piloto ainda não foi operacionalizado devido a questões jurídicas;
- No contexto do debate de Finanças solidárias, o governo federal decidiu que o micro-crédito é uma política importante do atual governo. Então foi constituído o GTI - Grupo de Trabalho Inter-Ministerial, composto por seis Ministérios, a Casa Civil, o BNDES e o Banco Central. A ABICRED que faz parte do FBES tem exercido um papel importante na viabilização deste GT. O Secretário Executivo do GTI Gilson Bitencourt, oriundo do movimento rural, atualmente faz parte do Ministério da Fazenda. O Haroldo da SENAES faz parte deste grupo de trabalho, representando o Ministério do Trabalho como suplente do Carlos Augusto, atual Secretário Executivo do FAT. Existe uma constatação das Organizações diretamente envolvidas com a política do Micro-crédito, de que a mesma está com deficiência, principalmente, num programa gestado pelo BNDES. Neste sentido há uma expectativa por parte do movimento de que o GTI traga soluções para estas questões. O Haroldo da SENAES considera que o GT de Finanças Solidárias precisa definir seu foco estratégico dialogando com a Agenda de Governo;
- Precisa ser revisto o FAT, não há acúmulo dos setores envolvidos sobre a questão. O CODEFAT reuniu para verificar essa revisão. Existem quatro eixos definidos para repensar o novo desenho do FAT, são eles: Micro e Pequenas Empresas, Cooperativas (com linha voltada para Economia Solidária), Exportação e Infra-estrutura;

- **Componentes do GT de Finanças Solidárias:** Alzira (Rede de Gestores), Ademar (Cáritas Brasileira), ADS, ANTEAG, ABICRED, Rede de trocas (Joyce - RJ), Pastoral da criança foi convidada, BNB convidado (experiência de crédito), convidado Idalvo Toscano, Pessoal de Cooperativa de Crédito Rural (CRESOL), Haroldo (SENAES);

5.3.3 – GT DE MARCO JURIDICO

- Estamos com problema de infra-estrutura de apoio para o GT. Não foi possível criar esta estrutura na SENAES;
- Aconteceram duas reuniões, onde as questões foram discutidas de forma genérica, a partir das contribuições dos próprios membros, que já possuíam um acúmulo sobre o assunto;
- Na última reunião o tema foi cooperativismo, mais especificamente, cooperativas de trabalho;
- Existe uma série de pendências, como a sistematização do acúmulo já existente sobre Marco Jurídico de Economia Solidária;
- Os membros do GT fazem a seguinte leitura: o problema não está na legislação e sim na política pública que queremos para Economia Solidária;
- Queremos ainda fazer uma sistematização das propostas e uma legislação para Economia Solidária;
- É necessário construir a questão do Seminário, mas para isso precisamos do acúmulo sistematizado;
- Paul Singer - Uma questão está sangrando, as Cooperativas de Trabalho estão sendo excluídas, por fraude, mas nem todas são fraude. A OCB por intermédio da Rosani está na vanguarda de defesa das Cooperativas de Trabalho. Precisamos obrigar as nossas cooperativas a pagar sim, senão vamos transformar as cooperativas em meios de falso emprego. A Rosani se considera fazendo parte do FBES, devemos convidá-la para fazer esta discussão. Obrigar as cooperativas de trabalho a cumprir a legislação de trabalho;
- **Componentes do GT de Marco Jurídico:** SENAES, Jediel, Pedro Cristóvão, Marcelo Maudad (ADS), Vagner (ANTEAG), Bruno Daniel (Catende);

5.3.4 – GT DE MAPEAMENTO

- Houve uma reunião em janeiro de 2004, onde foi construído um consenso sobre a questão do mapeamento;
- Precisamos operacionalizar e constituir as equipes gestoras estaduais, com representantes dos Fóruns Estaduais;
- As DRT's e outras organizações estão atuando;
- Alguns estados estão com problema de encaminhamento, que depende da mobilização no estado;
- **Será encaminhado pela SENAES um relatório com a situação de cada estado, para a Secretaria Executiva do FBES repassar;**
- Existiu uma questão política importante na concepção do mapeamento, que é o entendimento da SENAES de que o mapeamento é para o FBES;
- O mapeamento tem gerado incompreensões, alguns estados estão questionando para que o Ministério quer informações;
- Existem divergências políticas nos estados para tocar o processo;
- O cronograma está atrasado, mas temos a perspectiva que no fim do ano estará encerrada a primeira etapa;
- A primeira etapa do mapeamento está sendo executada por pessoas das DRT's
- Será distribuído aqui questionário de mapeamento para ser preenchido por todos;
- O GT de Mapeamento tem uma tarefa importante que é inserir as informações no sistema de informações do IBGE;
- Próxima reunião do GT será em setembro;

- Pauta da reunião de setembro será: Avaliação do processo de mapeamento e diálogo com o IBGE;
- Três por cento dos trabalhadores responderam na pesquisa de trabalho do IBGE que trabalham com cooperativas. Isto mostra a dificuldade com o IBGE de inserir a Economia Solidária no sistema, mas estão dispostos a conversar;
- Comparando o GT de Mapeamento com o de Finanças Solidárias, percebemos que este tem questões diversificadas, e o de mapeamento já tem definido o que fazer;

5.4 – AVALIAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL:

5.4.1 - Avaliação SENAES:

Professor Paul Singer – “O ENCONTRO É O GRANDE MOBILIZADOR COLETIVO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS”

O Encontro foi extremamente surpreendente, além das expectativas. Durante a organização do Encontro Nacional havia um número mágico de 1500 pessoas, este número foi superado. Os Encontros Estaduais foram essenciais para a mobilização. Informações dos Encontros do Rio e Paraná, dá a impressão que havia muitas pessoas nos Encontros Estaduais. O conjunto de empreendimentos que participou do processo como um todo chegaria a 8000. Foi uma demonstração de força para nós mesmos, não para o Presidente da República que não compareceu. Foi um encontro histórico, o primeiro de uma série, deu uma ideia de pujança da Economia Solidária. Os aspectos qualitativos foram bons, por exemplo, os relatórios dos grupos. As discussões com o governo foram boas porque os relatórios foram bons. Os representantes puderam discutir os problemas. O movimento é mais vasto do que o que estava no Encontro. A Economia solidária só pode ser organizada de baixo para cima. São iniciativas dos movimentos sociais que a organizam. Foi riquíssimo em termos de conhecimentos pessoais. Vai dar fruto nos próximos anos, vão se constituir redes, intercâmbios, relações pessoais e amizades. O FBES e a SENAES estão entrando em uma fase de construção da Economia Solidária. A maneira que os diferentes setores de atividades se organizaram no início foi de um grande número de iniciativas. Agora pode começar a ser diferente, o Encontro foi uma etapa, graças a ele podemos passar a fazer formação de redes nacionais. É possível e lógico do ponto de vista econômico, é viável a construção destas redes.

Nota crítica – Não é culpa de ninguém. Não aproveitamos o Encontro para aprofundamento de troca de informações e ideias entre os empreendimentos e governo federal. Estive em um trabalho de grupo de finanças durante o Encontro e estava muito ruim. O artigo do Idalvo estava a quilômetros da compreensão das pessoas. Pedi um tempo e perguntei se alguém já havia tomado um empréstimo.

Não contratamos a Economia Solidária para este evento. Os companheiros que estão dizendo isto, estão longe de entender como é usado o dinheiro público, não somos livres para pegar o dinheiro e usar. Quem sabe no próximo Encontro possamos nos organizar melhor, e que esta convivência possa ajudar dos dois lados.

Valmor – O Encontro foi positivo, a avaliação da SENAES feita antes do encontro esta no material que foi distribuído. Em determinado momento não tínhamos clareza da mobilização, agora sabemos que a Economia Solidária tem a capacidade nacional de mobilização, garantiu a vinda de companheiros de todos os estados. Estamos num processo de avanço quantitativo e qualitativo. A partir do Encontro é possível identificar que a Economia Solidária é densa e forte. Apesar dos aspectos positivos, a demanda de organização foi muito grande, precisamos avançar ainda neste aspecto. Do ponto de vista das informações do Encontro, existem tarefas que precisamos recuperar, como:

- Recuperar todos os relatórios dos Encontros Estaduais
- Consolidar todas as informações, gravado o sistema de informações, está à disposição dos Fóruns nacional e estaduais.

O Encontro não terminou, continua devido às tarefas que precisam ser encaminhadas. Deu visibilidade da Economia Solidária para a sociedade, percebemos por intermédio dos meios de comunicação, a partir dos estados, propiciando um debate da sociedade em torno da Economia Solidária.

5.4.2 - AVALIAÇÃO FBES E SENAES:

Lenivaldo (PE) – A avaliação da SENAES está em sintonia com a avaliação do FBES. O Encontro mostrou a cara da Economia Solidária. Vimos que uma opção política do Encontro foi fortalecer de fato os FEES, as redes e empreendimentos da Economia Solidária. Foi importante para a SENAES que saiu fortalecida apesar do não comparecimento do Lula, e fortaleceu também a Economia Solidária. Existem dez Estados que não tinham Fóruns Estaduais, e aí entra as DRT's como novos atores, que foi importante para a organização do Encontro, mas é um ator ainda novo no Fórum, pensar melhor este ator. Os empreendimentos se colocaram na frente do governo com as suas questões, agora é um compromisso de todos a construção histórica da Economia Solidária no Brasil. Debruçar sobre esta continuidade. O Encontro colocou outra agenda para o FBES, diferente da que existia. As políticas do governo são fragmentadas para a Economia Solidária, existe um distanciamento da fala do Governo Federal e a dos empreendimentos. A metodologia usada no Encontro do governo ouvir primeiro foi importante, lamentável que tiveram que sair rápido devido ao horário. Diálogo com o governo precisa ser para políticas públicas e não programas. É um momento positivo na nossa caminhada.

Benedito (PR) – A visibilidade só foi para dentro, para fora foi pouca.

Ademar (Cáritas Brasileira) – Não é consenso que foi boa a metodologia de colocar 12 integrantes do governo em uma mesa de diálogo.

Professor Paul Singer – Nas circunstâncias foi feito o melhor possível. No próximo encontro precisamos ter diálogo mais profundo e direcionado. Não estamos conseguindo comunicar com a população brasileira através da mídia, todo o governo esta com dificuldade. A visão da imprensa em geral é que a população não tem interesse. Este encontro foi mencionado no Correio Braziliense apenas pela via ao Ministro do Trabalho. O único meio de comunicação que demonstrou interesse foi a Radiobras. No Jornal do Brasil saiu alguma coisa no sábado.

Valmor (SENAES) – Na opinião pública média nos jornais locais tivemos avanços. A repercussão nos outros movimentos sociais é fundamental, precisamos avaliar. Dada as dimensões do Encontro a previsão às vezes é falha, sempre há improvisação. O processo de aprendizagem foi grande para o próximo Encontro. A fragmentação das políticas no governo é consequência da fragmentação do próprio movimento. O desafio que sempre aparece é consolidar uma política pública nacional para Economia Solidária. Avaliar para o próximo Encontro a construção de uma conferência nacional para a Economia Solidária.

Ademar (Cáritas Brasileira) – A mobilização da SENAES nos dez estados foi boa para o encontro, possibilitou o aumento do FBES. Agora como resolvemos este aumento junto com a SENAES?

Professor Paul Singer – Este encontro trouxe à tona que não temos uma separação nítida entre a Economia Popular Informal e a Economia Solidária. Se trabalharmos direito conseguiremos trazer para a Economia Solidária grande parte da Economia Popular. Este encontro teve mais de economia popular do que imaginávamos. O dez estados que não possuem Fórum precisam ser trazidos e incorporados.

Nelsa (RS) – O que mais animou foi o número de Associações, Cooperativas de Produção, Empresas autogestionárias e Empreendimentos. Na minha avaliação este Encontro foi mais de Economia Solidária.

Ary (RJ) – Quanto à visibilidade, não conseguimos entrar na grande mídia, e nem na mídia que trabalha com movimento social, exemplo a Carta Capital e Caros Amigos, é um desafio. Não conseguimos fazer a mobilização da Economia solidária, ela vai dar uma grande visibilidade, estamos só no dialogo, não que não seja importante, unir diálogo e mobilização.

Oscarina (SP) – Houve um encontro em São Paulo com técnicos da DRT que estavam discutindo o que é Economia Solidária. Precisa haver aproximação maior das DRT's com o movimento. Algumas cooperativas tiveram problemas quando fizeram contatos com as DRT's. Com relação aos sindicatos, se a já houve uma avaliação que se a Economia Solidária vem solucionar entre aspas a questão do desemprego, então não precisaria mais haver sindicatos. As DRT's perceberam que o movimento é mais que isso.

Wladimir – DRT Sergipe – Na última reunião da Coordenação Nacional muitos criticaram a participação das DRT's no FBES. Neste Encontro vimos as DRT's inseridas no processo. Existem auditores que combatem a Economia Solidária, mas tem pessoas dentro das DRT's compromissadas com a questão. O próprio FBES está percebendo que é importante a participação das DRT's, acho que as DRT's deveriam entrar para a rede de gestores.

Joana (PA) – No encontro teve participações da economia popular que se organizam hoje em Associações. A Economia Solidária não pode excluir a economia popular, que poderá lhe dar suporte. Belém trouxe Associações de economia popular.

Lenivaldo (PE)– A articulação da SEPIR com as baianas não foi de qualidade, estavam fazendo propaganda política para candidatos de Antonio Carlos Magalhães (ACM).

Haroldo (SENAES) – Algumas delegações questionaram porque não estavam representadas na Comissão Organizadora do Encontro.

Ademar (Cáritas Brasileira) – Esclarece que os empreendimentos definiram uma representação regional, esta representação define quem vai participar da oficina de Políticas Públicas definida para acontecer a partir desta reunião.

5.4.3 – ENCAMINHAMENTOS DECORRENTES DO ENCONTRO NACIONAL:

- A SENAES vai colaborar com uma Oficina para pessoas dos empreendimentos que estão na Coordenação Nacional. O objetivo da Oficina é como trabalhar com os empreendimentos na formulação de políticas públicas. O Professor Paul Singer acha boa proposta, pode preencher a lacuna de aprofundamento do Encontro. O FBES decide quais empreendimentos participam da Oficina. A SENAES também precisa participar da oficina. O problema é a questão do crédito, é necessário elaborar um projeto e apresentá-lo à SENAES;
- **PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS:**
- Carta aclamada por todos para entregar ao Presidente da Republica;
- Relatórios temáticos do Encontro, Secretaria Executiva fazer carta de encaminhamento para os ministérios e entregar;
- Certificado de participação do Encontro, Secretaria Executiva encaminha artes para João Correa (FASE-PA) para fazer proposta;
- Relatório final do Encontro vai ser encaminhado pela Secretaria Executiva para todos estados;

- A comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva encaminha carta para Presidente da República com um ofício;
- A Secretaria Executiva deve priorizar o convenio e seu funcionamento;
- Caderno – publicação que conteria os diversos materiais trabalhados na preparação e resultados do evento, resultados dos grupos, documentos gerados, carta ao presidente da República. Deverá ser distribuído para todos. Documento com encadernação. Exige trinta a quarenta dias de trabalho e revisão da Comissão Organizadora do Encontro. A Comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva encaminha este documento e a Comissão Organizadora revisa.
- O Professor Paul Singer propõe que o documento acima seja distribuído eletronicamente e cada estado se quiser encaderna. **Proposta aceita pelo Conselho Interlocutor.**

5.5 - SECRETARIA EXECUTIVA do FBES:

- Convenio ainda não foi efetivado. A ADS entendeu que era equivocado comprar equipamentos com recursos públicos, conforme constava no projeto. A SENAES fez um convenio maior com a Fundação Banco do Brasil e este projeto de sustentação da Secretaria Executiva está incluído, o recurso é da SENAES e a FBB gerencia. Na ocasião o valor ajustado foi setenta mil, agora os valores são inferiores, mas este não é o debate central. Este convênio vai ser firmado com a SENAES ou com a FBB?. Se for com a SENAES tem o ajuste fiscal até o final do ano. Se for com FBB sem intermediação da SENAES, apesar de negociado pela SENAES, queríamos verificar a possibilidade de distender o período para além de dezembro.
- SENAES coloca que do ponto de vista de execução há dificuldades de repasse de recurso para entidade privada. A Estrutura da SENAES é mais política do que operativa. A opção foi de que parte dos recursos da SENAES serão executados pela FBB, a partir de um plano de trabalho acordado com a FBB. Consta no plano de trabalho apoio à Secretaria Executiva do FBES. O convenio será com a FBB, os recursos da SENAES são de execução anual. Como a ADS se relaciona com a FBB? A utilização dos recursos é definida pela SENAES. SENAES vai contribuir com a formatação do convenio. FBB executa observando a lei das licitações.
- Podemos, numa negociação, prolongar o convênio. Hoje a SENAES se comprometeu com R\$ 61.000,00, apesar da FBB ter que executar até 31 de dezembro, não impede que iniciemos 2005 com recursos da FBB até que entre os recursos da SENAES.
- Seria impossível executar as metas do convenio em três meses, há segurança de estender até o ano que vem?
- O Professor Paul Singer diz que convenio deveria ser o mais longo possível. Qualquer orçamento do ano que vem só sai no final de fevereiro ou março. Podemos pensar juntos como evitar que o final do convenio interrompa as ações da Secretaria Executiva.
- Talvez a contrapartida do convenio seja da ADS, talvez seja necessário nomear uma comissão para fazer licitação.
- Pela colocação do Valmor há possibilidade de prolongar o convenio. A Comissão de Acompanhamento deverá procurar a FBB para viabilizar esta possibilidade.
- Da Comissão de Acompanhamento faz parte a Sebastiana do MS, a SENAES pode viabilizar a vinda dela para Brasília pelo menos uma vez por mês?
- A Comissão de Acompanhamento deverá fazer um rescalonamento do projeto junto com a Secretaria Executiva, incluir rubricas.

OBSERVAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA:

A Comissão de Acompanhamento já se reuniu nos dias 25 e 26 de agosto e ficou decidido com relação ao convenio para apoiar a Secretaria Executiva do FBES o seguinte:

- **Em conversa com a SENAES o convenio deixa de ser para o período de setembro a dezembro e passa para o período de setembro de 2004 a abril de 2005;**
- **O valor passa de R\$ 61.000,00 para R\$ 100.000,00;**
- **O Convênio está apenas aguardando a ADS preparar toda a documentação necessária para sua efetivação;**
- **A Comissão de Acompanhamento analisou e encaminhou outros pontos que ficaram a seu cargo e em breve estará encaminhando relatório da reunião realizada;**
- **A Comissão de Acompanhamento se reúne novamente nos dias 16 e 17 de setembro;**
- **A pauta da próxima reunião será:**
 - **Avaliar currículos para contratação para a Secretaria Executiva;**
 - **Realizar entrevistas com os selecionados**
 - **Balanco das providências imediatas decorrentes do Encontro Nacional**

5.6 – FÓRUM SOCIAL MUNDIAL:

- O Conselho Interlocutor definiu que o FBES vai fazer parte de uma pressão para que haja dentro do FSM uma conferência que trate a questão de uma sociedade mais justa. Existe um conjunto de temas que conversam com esta questão como: Soberania Alimentar, ALCA, Dívida Externa. Definido grupo de trabalho para encaminhar;
- Projeto de abastecimento do FSM via economia solidária. Houve uma decisão da comissão internacional do FSM para isso. O FBES deve ser o gestor político deste projeto de abastecimento. O Fórum gaúcho deve ser o gestor operacional;
- Fazer o mais rápido possível uma oficina no Rio Grande do Sul com representantes do FSM mundial no Brasil, dos Fóruns Gaúcho, de Santa Catarina e Paraná, do FBES, da Rede de Trocas;
- Além do abastecimento ao FSM podemos trabalhar com uma moeda social, é positivo ou não? Discutir na oficina;
- Construção de um grande espaço que pudesse abrigar representações de todo Brasil e Exterior, ou seja, um portal da Economia Solidária;
- Estabelecer a referência da Economia Solidária no Conselho Brasileiro e no Conselho Internacional. A oportunidade política não está dada como está a oportunidade operacional;
- Que uma das seis conferências (painel) seja da Economia Solidária;
- Apresentar o FBES como referência brasileira da Economia Solidária no Brasil;
- Envolver mapeamento, e outros neste processo;
- É um evento internacional onde o Brasil tem o protagonismo, há uma disputa dos temas internacionalmente;
- Metodologias e critérios para fazer a gestão, além do mapeamento, o Brasil vai ser representado como? De onde vem, por exemplo, o artesanato, se é por grupos, por regiões? A alimentação já está definido que é do Rio Grande do Sul. Mapeamento não vai dar conta de fazer isso até dezembro. O que vai aparecer de cada estado? Envolve compra, contrato, etc.
- Gerir inclusive a captação de recursos, o FSM não está financiando, a captação de recursos está para Economia Solidária do Brasil;
- Ampliar a comissão do FSM para um nome da troca solidária, aprovado;
- Oficializar que o FBES esta assumindo a questão da Economia Solidária e delegando no RS a representação para Jose Inácio (CAMP) e Ademar (Cáritas Brasileira);
- A SENAES poderia respaldar dialogando doravante, para assuntos do FSM, com esta comissão aqui definida;
- O Professor Paul Singer recebeu visitas do Rio Grande do Sul que foram à SENAES levar propostas do FSM, a SENAES coloca que não pode se negar a falar com as pessoas;

- SENAES imagina que os encontros agora vão se dar com esta comissão, mas a SENAES não vai se negar a falar com representantes do FSM;
- Definir se o caráter deste GT do FSM tem o mesmo caráter dos outros GT's;
- A Oficina para o FSM a SENAES tem interesse mas precisa virar projeto;

5.7 - CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:

- Definir se terá caráter deliberativo ou consultivo e verificar a composição, levando em conta a questão de MG;
- O Conselho Nacional precisa estar numa discussão mais ampla de política pública, não é Conselho Nacional da SENAES;
- O debate sobre sistema público de emprego, é encaminhamento do Ministério;
- Já existe debate feito pela CUT e outros, aprofundar o debate de sistema público, incluindo a questão da economia solidária, para ter capilaridade em todos os municípios;
- Existem dois espaços. O Ministério está fazendo debate com os movimentos, a Economia Solidária também quer debater. Sistema S é com entidades patronais;
- Precisamos fazer uma oficina junto com a SENAES para aprofundar este debate;
- Necessidade de criar as diretrizes para a construção de políticas públicas para Economia Solidária. Não adianta criar GT's sem a constituição de uma política pública;
- Fazer discussão mais qualificada para tirar as diretrizes de política pública;
- Paul Singer gostou da proposta, vai ser bom para a SENAES, Isto está na Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. A SENAES é suplente do CODEFAT, conselho misto;
- Não é só no Ministério do Trabalho que se faz Economia Solidária, O MDS tem projeto que é explicitamente Economia Solidária. O MDA também, com diálogo de todos os movimentos. O Ministério da Saúde também está optando pela Economia Solidária;
- A primeira oficina deve ser mais geral, e depois, as outras poderão ser mais específicas;
- Estas questões implicam em uma prorrogação de prazo para criar o Conselho Nacional;
- O Professor Paul Singer coloca que a SENAES está sem pressa, não está sendo cobrada, fazer no ritmo que der;
- É essencial que na discussão do conselho ser deliberativo fique claro que poderá ser deliberativo em relação ao que?
- O tema discutido foi o Conselho Nacional, por conta de estar descasado das questões levantadas é que se discutiu desta forma. Na oficina fazer a contextualização maior e verificar a criação do Conselho Nacional;
- O Professor Paul Singer vê a oficina como uma discussão mais aprofundada das questões referentes à Economia Solidária, que vai além do Conselho;
- A discussão na oficina é conjuntural, analisar políticas públicas na Economia Solidária neste momento. O Conselho é mais permanente, e pode ser feito depois da oficina;
- Desde a carta ao Presidente Lula já pontuava conselho, fundos públicos e outros;
- Alguns estados como MG já criaram Conselho deliberativo, se criamos o nacional consultivo é ruim;
- Queremos um espaço de representação da Economia Solidária no CODEFAT;
- **Pará vai fazer levantamento de experiências de outros Conselhos;**

5.8 - CRITERIOS DE AVALIACAO, APROVACAO E DESTINACAO DE RECURSOS DA SENAES

- Quando a SENAES não tinha orçamento recebeu vários pedidos, este ano teve orçamento, chegou a hora de atender os pedidos;
- Teve um esforço concentrado da equipe da SENAES para verificar critérios e outros aspectos dos projetos;
- Os critérios foram alterados de forma coletiva na SENAES depois que todos leram muitos projetos;
- O primeiro critério, aprovar projetos que fossem estritamente de Economia Solidária;

- Cento e noventa projetos eram trinta vezes mais que o orçamento inteiro da SENAES;
- Em torno de cem projetos foram aprovados e terão ajuda. Tinha projeto que pedia mais que o orçamento da SENAES;
- Todas as emendas na câmara foram de investimento;
- SENAES vai apoiar a formação de 19 centros públicos em parceria com as prefeituras, investimento SENAES, custeio prefeituras;
- Apoio a projetos menores, em torno de vinte, apoiado na íntegra, entidades novas e pobres;
- A SENAES estará atendendo grande quantidade de feiras, uma feira específica e até programas de feiras durante o ano inteiro;
- Fundos rotativos, exemplo fundo de Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Sul;
- Estamos tentando atender desde os grupos de costureiras até o governador parceiro de Santa Catarina, solicitando que ele entre em contato com o Fórum;
- Quinze dias antes do fim do ano passado, o MDS queria colocar um dinheiro no nosso ministério para financiar a Rede Abelha. Foram feitos dez projetos de forma urgente com os estados que já tínhamos conhecidos. Colocamos no tacho tudo que parecia viável. Mas este dinheiro não saiu, mas agora uma parte está sendo atendida pela FBB;
- O Conselho Interlocutor participou da definição de critérios para aprovação de projetos. Coisas caras para o FBES, mesmo antes da criação da SENAES, prioridade para projetos estruturantes da Economia Solidária;
- De preferência os projetos que passassem pelos fóruns fossem privilegiados;
- Outra parte é a publicização do que está sendo feito, elencar os critérios;
- Os projetos de centros públicos são todos estruturantes, estão dentro desta prioridade;
- O Projeto da Vale do Rio Doce envolve onze municípios e é estruturante;
- Tentamos não excluir projetos que não venham de Fóruns, a SENAES não tem direito de excluir um projeto pela sua origem;
- Sabemos que a SENAES está vendo outros projetos fora do seu orçamento, publicar ajudaria a perceber;
- Qual o critério para capital de giro? Associações de pequenos agricultores esta com dificuldades;
- A SENAES sabe deste problema. A limitação é o Ministério da Fazenda e o tesouro. Há suspeita que as pessoas não entregaram a safra. É uma luta política, temos que convencer o Ministério da Fazenda ou o Presidente da República a abrir mais o orçamento;
- O Projeto do Espírito Santo já estava elaborado, em torno de sete atividades, inclusive fundo rotativo e centros públicos, o maior era custeio. A SENAES orientou para refazer a discussão do que era mais importante. A DRT já estava negociando o espaço que já está ocupado. Só tem outro patrimônio que não é num local estratégico e é não adequado para comercialização, ficamos confiando nisso. A DRT disse que está garantido uma salinha e agora não tem garantia de nada;
- Definiu-se que os Centros de Referência fossem discutidos com os Fóruns Estaduais e com os Empreendimentos. No Pará foi diferente, até hoje não se discutiu com os Empreendimentos, vai ter Centro Público em Belém e não foi discutido com o Fórum. As feiras estaduais vão ser aprovadas?
- A SENAES deveria comunicar aos Fóruns Estaduais os projetos aprovados do estado;
- A SENAES quer ser avisada se estiver apoiando projetos que não são de Economia Solidária;
- Quando a SENAES terminar a aprovação dos projetos, tornará pública a sua resolução;

5.9 - ENCONTRO DA REDE DE TROCAS E ENCONTRO ESTADUAL DE EMPREENDIMENTOS DA AMAZONAS:

- A SENAES estranhou este ponto, uma vez que todos que aqui estão são da Coordenação Nacional, falta remodelamento da proposta destes Encontros e orçamento, está tudo normal;

5.10 – REFORMULAÇÃO DO CALENDARIO FBES PARA 2004:

5.10.1 - ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Uma Oficina sobre Políticas Públicas Nacional de Economia Solidária a partir do I Encontro Nacional de Economia Solidária;
- Uma Oficina sobre o V Fórum Social Mundial;
- Reunião dos Representantes de Empreendimentos de Economia Solidária - retomada do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária – I ENEES;
- Reunião do Fórum Estadual de Empreendimentos do Rio Grande do Sul;

5.10.2 - CALENDÁRIO PREVISTO:

- III Reunião Coordenação Nacional: 13 a 15 de setembro de 2004;
- Reunião do GT de Marco jurídico: 16 de setembro de 2004;
- Reunião do GT de Mapeamento: 27 e 28 de setembro de 2004;
- III Reunião do Conselho Interlocutor: 02 a 03 de dezembro de 2004;

5.10.3 - CALENDÁRIO APROVADO: Disponível em documento à parte e na Internet (www.fbes.org.br)

- Reunião do GT Internacional: 03 de setembro de 2004;
- Reunião do GT Internacional com o Fórum Estadual do Rio Grande do Sul para definir participação no V FSM: 04 de setembro de 2004;
- Reunião do GT de Mapeamento: 27 e 28 de setembro de 2004;
- Comissão de Representantes de Empreendimentos organiza a reunião de novembro: 21 de outubro de 2004;
- Oficina sobre Política Pública Nacional de Economia Solidária: 22 e 23 de outubro de 2004;
- III Reunião da Coordenação Nacional: 10 a 14 de novembro de 2004;
- Reunião dos Representantes de Empreendimentos da Economia Solidária: 10 a 14 de novembro de 2004;
- Seminário de Marco Jurídico: 10 a 14 de novembro de 2004;
- Oficina sobre o V FSM: GT internacional vai elaborar proposta e data e informar pela rede;
- III Reunião do Conselho Interlocutor – fevereiro de 2005;

6 – ENCAMINHAMENTOS:

6.1 - PROVIDÊNCIAS A CARGO DA SECRETARIA EXECUTIVA:

- Fazer uma manifestação de apoio às Empresas Recuperadas da Argentina e passar pelo fórum, em resposta à carta enviada pela Ângela (Rede de Gestores - SP);
- Remeter lista da Coordenação Nacional e do Conselho Interlocutor para Coordenação Nacional;
- Elaborar carta endereçada à CUT agradecendo a ajuda à Secretaria Executiva do FBES e solicitando anistia para a ADS que pagou as contas telefônicas da Secretaria Executiva nos meses de junho a julho e se comprometeu a pagar a de agosto de 2004;

- Carta aclamada por todos para entregar ao Presidente da Republica, encaminhar ofício para a Comissão de Acompanhamento avaliar;
- Relatórios temáticos do Encontro, fazer carta de encaminhamento para os ministérios e entregar;
- Certificado de participação do Encontro, encaminhar artes para João Correa (FASE-PA) para fazer proposta;
- Recuperar junto à SENAES as listas de participantes para ser elaborado o certificado;
- Quando a proposta de certificado for aprovada encaminhar certificado a todos os estados para os mesmos distribuírem aos participantes do Encontro;
- Relatório final do Encontro, encaminhar para todos estados;
- A Secretaria Executiva deve priorizar o convenio e seu funcionamento;
- Caderno – publicação que conteria os diversos materiais trabalhados na preparação e resultados do evento, resultados dos grupos, documentos gerados, carta ao presidente da Republica. Deverá ser distribuído para todos. Documento com encadernação. Exige trinta a quarenta dias de trabalho e revisão da Comissão Organizadora do Encontro. A Comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva encaminha este documento e a Comissão Organizadora revisa;
- O Professor Paul Singer propõe que o documento acima seja distribuído eletronicamente e cada estado se quiser encaderna. **Proposta aceita pelo Conselho Interlocutor;**
 - **Encaminhamento a médio prazo**, relatório por ramos de atividade;
 - A sistematização final, os relatores não conseguiram fazer. Rever e enviar para os estados e diversos órgãos de governo;
 - Enviar para todos a avaliação de cada estado sobre os Encontros Estaduais e Encontro Nacional;
 - Enviar para todos os relatórios dos Encontros Estaduais;
 - Digitalizar e sistematizar as fichas de avaliação do Encontro Nacional;
 - Agilizar a questão do site do FBES;
 - Retomar a discussão do caderno (cartilha);
 - Recuperar o relatório final e vídeo do encontro nacional e remeter a todos;
 - Reforço das articulações dos estados;
 - Formação e acompanhamento dos empreendimentos referente a princípios;

6.2 – PROVIDENCIAS A CARGO DOS FÓRUNS ESTADUAIS:

- Os estados devem fazer avaliação do encontro e encaminhar para o FBES e também para os órgãos de governo estaduais. Coordenações estaduais repassar para os municípios;
- Encaminhar aos Órgãos Estaduais e Municipais relatórios temáticos e por ramos de atividade resultantes do encontro Nacional, assim que receberem da Secretaria Executiva do FBES;

6.3 – PROVIDENCIAS A CARGO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES

INTEGRANTES: Ademar (Cáritas Brasileira), Francisco de Lucena (ADS), Paulo (DF), Sebastiana (MS)

- A comissão de Acompanhamento da Secretaria Executiva encaminha carta para Presidente da República com um ofício;
- Encaminhar junto com a Secretaria Executiva relatórios temáticos e por ramos de atividade do Encontro Nacional juntamente com carta de acompanhamento, aos Ministérios;
- Acompanhar e viabilizar o convênio entre SENAES e ADS, por intermédio da Fundação Banco do Brasil – FBB;

- Promover seleção junto com a ADS de pessoal para trabalhar na Secretaria Executiva do FBES;
- Realizar entrevistas junto com a ADS com os selecionados para Secretaria Executiva do FBES;
- Acompanhar contratação que será realizada pela ADS para a Secretaria Executiva do FBES;
- Acompanhar e supervisionar as atividades da Secretaria Executiva do FBES;
- Fazer interlocução com a SENAES junto com a Secretaria Executiva do FBES;
- Gerir os recursos da Secretaria Executiva;
- Proposta de carta ao conselho Interlocutor referendando o GT Internacional e o FEERS junto à representação do FSM;

6.4 – PROVIDENCIAS A CARGO DA COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS:

INTEGRANTES: Gaiger (UNITRABALHO), João Correa (FASE), João Roberto (IBASE), Ruth (PACS), Lenivaldo (PE)

Elaborar projeto para sustentação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e sua Secretaria Executiva pelo prazo mínimo de dois anos, inclusive junto a organismos internacionais.

6.5 – PROVIDENCIAS A CARGO DO GT INTERNACIONAL:

INTEGRANTES: Ademar (Cáritas Brasileira), Gaiger (UNITRABALHO), Rosemary (FASE), Ruth(PACS), João Roberto (IBASE), José Inácio (CAMP RS), Maria Eunice (ADS), Nelsa (RS)

- Organizar e marcar data de uma oficina com os Empreendimentos para participação no Fórum social Mundial;
- Propor tema sobre Economia Solidária como central;
- Negociar oficinas de outros temas;
- Levantamento das cadeias produtivas;
- Acompanhar junto com o Fórum Estadual do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a participação da Economia solidária no FSM;
- Organizar junto com os Fóruns acima citados o abastecimento do FSM pela Economia solidária;
- Representar junto com o Fórum Estadual do Rio Grande do Sul a Economia solidária no Brasil perante o FSM;
- Gerenciar metodologia e proporcionar outras oficinas;

6.6 – SENAES:

- Será encaminhado pela SENAES um relatório com a situação de cada estado, para a Secretaria Executiva do FBES repassar;
- A SENAES vai colaborar com uma Oficina para pessoas dos empreendimentos que estão na Coordenação Nacional. O objetivo da Oficina é como trabalhar com os empreendimentos na formulação de políticas públicas. O Professor Paul Singer acha boa proposta, pode preencher a lacuna de aprofundamento do Encontro. O FBES decide quais empreendimentos participam da Oficina. A SENAES também precisa participar da oficina. O problema é a questão do crédito, é necessário elaborar um projeto e apresentá-lo à SENAES;

7 – PONTOS DE PAUTA PENDENTES PARA PRÓXIMA REUNIÃO:

- Selo
- Certificação
- Política de formação
- Papel das DRT's